RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 da Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul Litorâneo em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2021, o Sicoob Sul Litorâneo completou 32 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No exercício de 2021, o mercado apresentou uma melhora em função do avanço da vacinação e a queda da quantidade de óbitos.

No final do ano 2021 a variante Ômicron impulsionou uma onda de casos na Europa e nos EUA refletindo um aumento nas contaminações em diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil, onde a variante é dominante no início de 2022. Apesar do avanço das contaminações, já existem indícios que em breve ocorrerá uma redução dos casos.

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

1.1.1 Aplicativo Sicoob

O aplicativo Sicoob reúne diversas soluções financeiras e de compras, ofertando ao associado uma melhor experiência como associação digital, simulação e contratação de crédito, seguros, recarga de celular, meios de pagamentos e transferências eletrônicas (TED, DOC, Pix, Boleto), depósito de cheque online, consultas de saldos e extratos, investimentos, débito automático, gestão de cartões, configuração de limites personalizados, depósitos de cheques, saques sem cartão, contrato de produtos digitais, dentre outros.

Além do autoatendimento dos produtos e serviços via app Sicoob, também oferecemos através app e no Whatsapp, a possibilidade de um contato personalizado via chat com nossa assistente virtual Alice ou diretamente com nossos funcionários, fornecendo assim uma maior comodidade e segurança ao associado.

Além do nosso aplicativo, também disponibilizamos em nosso site www.sicoob.com.br/sicoobnet a possibilidade de utilizar as mesmas funcionalidades a partir do computador.

Visando um engajamento corporativo destinado exclusivamente aos cooperados da instituição, o Sicoob criou o app Sicoob Moob. Este app reúne diversas funcionalidades úteis e inovadoras como divulgação de eventos, assembleias e eleições das cooperativas, confirmação de presença e acesso aos convites. Além destas funcionalidades, possibilitamos a oferta de propostas e negociação de bens das cooperativas do Sicoob ES em nossa Comunidade de Negócios, contendo fotos e informações dos produtos, negociação de valores e esclarecimentos.

1.1.2 Novas Linhas de Crédito

Em 2021 foi iniciado Produto Parceiro Mais que tem por objetivo disponibilizar uma solução de financiamento de bens e serviços para os lojistas que queiram se cadastrar e assim ofertarem esta opção de crédito para seus clientes, visando facilitar o acesso ao crédito para a população e impulsionando o mercado da região.

Outra ação desenvolvida em 2021 foi o aumento da carteira de Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que se trata de do programa do Governo Federal que tem como finalidade de desenvolvimento do Micro e Pequeno empresário. Este crédito pode ser utilizado para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento, isso significa que os recursos obtidos podem ser utilizados para investimento no negócio e/ou para despesa operacionais alavancando desta forma o mercado local. Destas operações liberadas, o Sicoob ES poderá requerer em garantia do Fundo Garantidor de Operação – FGO, regido pela Lei 12.087 de 2009, em 100% do valor de cada operação em garantia.

Por fim em dezembro de 2021 foi iniciado o Projeto Água Limpa + Saúde consiste no acordo de cooperação entre SICOOB ES e Empresas Parceiras, com o objetivo de promover, divulgar e incentivar que produtores rurais do Espírito Santo adotem em suas propriedades o tratamento adequado do esgoto sanitário doméstico através da instalação de biodigestor. O Sicoob participa do projeto disponibilizando o financiamento a baixo custo (taxa de 0,99 a.m) e concedendo um bônus de adimplência de 100% dos juros da parcela paga de forma adimplente.

1.1.3 Crescimento

No exercício de 2021 os números combinados das Cooperativas do Sistema Sicoob ES atingiram um total de ativo de R$ 12,5 bilhões, um crescimento de 21,14% comparado com o mesmo período de 2020. Esse aumento também refletiu nos demais números do ano, como por exemplo, a carteira de crédito que aumentou 27,56% comparada a 2020 atingindo R$ 7,8 bilhões. Os depósitos totais também cresceram 20,74%, alcançando R$ 8,7 bilhões ao final de 2021.

Com relação ao resultado combinado do ano de 2021, as cooperativas alcançaram a marca de meio bilhão em sobras brutas, o que representa a quantia de R$ 584 milhões, esse valor resultou no expressivo crescimento de 68,03% comparado ao resultado de 2020. O total remunerado de Juros sobre Capital Próprio atingiu o montante de R$ 48 milhões, 77,11% superior ao remunerado em 2020.

Todos os números citados acima resultaram em R$ 246 milhões de Sobras à Disposição das Assembleias o que representa um crescimento de 68,27% quando comparado a 2020, o maior resultado da história das Cooperativas do Sistema Sicoob ES.

2) Nosso Desempenho

2.1) Resultado

	Em Milhares R$		%
Demonstração do Resultado do Período	**Jan a Dez/2021**	**Jan a Dez/2020**	**Variação**
Resultado da inter. Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	34.999	28.525	22,70
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	16.472	11.917	38,22
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.064	2.219	38,08
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	19.378	16.658	16,33
Receitas com Ato Não Cooperativo	8.506	6.989	21,71
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	29.584	25.330	16,79
Despesas Tributarias	829	887	(6,54)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais e Outras Receitas e Despesas	4.961	3.771	31,56
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	12.991	7.608	70,75
Juros ao Capital	2.787	1.535	81,56
Sobras Brutas do Exercício	22.682	16.342	38,80

Contribuíram para compor a Sobra do exercício de 2021:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas: que obtiveram um aumento de 16,33% e o resultado da intermediação financeira aumentou 22,70% em relação ao mesmo período de 2020.

No exercício de 2021 ocorreu um aumento da receita de recuperação de prejuízo de 38,08% quando comparado ao exercício de 2020.

Em 2021 ocorreu um aumento de 31,56% comparado ao exercício de 2020 na receita de Outros Ingressos e Receitas Operacionais e Outras Receitas e Despesas.

A Receita de Ingressos de Depósitos Intercooperativos aumentou 70,75% no ano de 2021 quando comparado ao ano de 2020.

A sobra Bruta apresentou um crescimento de 38,80% em relação ao mesmo período de 2020.

2.2) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R$		%
Balanço Patrimonial	**Jan a Dez/2021**	**Jan a Dez/2020**	**Variação**
Ativos Totais	642.254	576.741	11,36
Centralização Financeira	264.216	298.346	(11,44)
Carteira de Crédito	342.504	248.060	38,07
Depósitos	433.161	402.539	7,61
Patrimônio Líquido	133.623	116.619	14,58
Patrimônio de Referência (PR)	121.390	106.228	14,27

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2021:

O total de ativos atingiu a marca de R$ 642.254 mil ao final do exercício de 2021, com crescimento de 11,36% em relação ao mesmo período do ano anterior, demostrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da carteira de crédito, atingiu R$ 342.504 mil, com crescimento de 38,07% em relação a 31 de dezembro de 2020.

Os depósitos obtiveram um aumento de 7,61% considerando o mesmo período de 2020, atingindo no final do exercício de 2021 o montante de R$ 433.161 mil.

O patrimônio líquido cresceu 14,58% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R$ 133.623 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R$

Carteira de Crédito	**31/12/2021**			**31/12/2020**			**Variação**	
	PF	**PJ**	**Total**	**PF**	**PJ**	**Total**	**Valor total**	**% Total**
Crédito Rural	20.957	51	**21.008**	12.498	73	**12.571**	8.438	67,12
Crédito Comercial	54.966	266.530	**321.496**	42.264	193.225	**235.489**	86.006	36,52
Total	**75.923**	**266.581**	**342.504**	**54.762**	**193.298**	**248.060**	**94.444**	**38,07**

3) Pessoas

Contávamos com 114 colaboradores no final do exercício de 2021. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R$ 10.518 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN n° 2.682. No final do exercício de 2021, houve uma concentração de 79,69% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Sicoob.

No exercício 2021, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 64 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 37 foram classificadas procedentes, com exceção de 3 ocorrências, todas as demais foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Alfredo Chaves – ES, 28 de janeiro de 2022.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

BALANÇO PATRIMONIAL *(em milhares de Reais)*

Descrição	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		**642.254**	**576.741**
DISPONIBILIDADES	**4.**	**6.686**	**5.731**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**632.574**	**568.794**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	20.348	19.267
Relações Interfinanceiras		**264.216**	**298.346**
Centralização Financeira	6.	264.216	298.346
Operações de Crédito	7.	342.504	248.060
Outros Ativos Financeiros	8.	5.506	3.121
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(29.840)**	**(18.591)**
(-) Operações de Crédito	7.e	(28.837)	(18.087)
(-) Outras	8.1	(1.003)	(504)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	**9.**	**6**	**98**
OUTROS ATIVOS	**10.**	**7.361**	**2.285**
INVESTIMENTOS	**11.**	**18.182**	**16.504**
IMOBILIZADO DE USO	**12.**	**11.890**	**5.916**
INTANGÍVEL	**12.**	**450**	**371**
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	**12.**	**(5.055)**	**(4.367)**
TOTAL DO ATIVO		**642.254**	**576.741**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**642.254**	**576.741**
DEPÓSITOS	**13.**	**433.161**	**402.539**
Depósitos à Vista		167.987	161.575
Depósitos Sob Aviso		1.218	1.347
Depósitos à Prazo		263.956	239.617
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**61.486**	**45.877**
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14.	24.016	11.484
Relações Interfinanceiras		**24.310**	**19.841**
Repasses Interfinanceiros	15.	24.310	19.841
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.	10.318	11.897
Outros Passivos Financeiros	17.	2.842	2.655
PROVISÕES	18.	**3.014**	**2.204**
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	**19.**	**784**	**738**
OUTROS PASSIVOS	**20.**	**10.186**	**8.764**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**133.623**	**116.619**
CAPITAL SOCIAL	22.a	64.916	60.501
RESERVAS DE SOBRAS		60.976	50.241
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.731	5.877
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**642.254**	**576.741**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS *(em milhares de Reais)*

Descrição	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**35.890**	**61.607**	**43.571**
Operações de Crédito	7.h	26.347	47.750	35.609
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.1	8.927	12.991	7.608
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	616	866	353
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(20.594)**	**(30.089)**	**(19.355)**
Operações de Captação no Mercado	13.b	(8.606)	(12.151)	(6.518)
Operações de Empréstimos e Repasses	27.	(914)	(1.466)	(920)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.i	(11.074)	(16.472)	(11.917)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**15.296**	**31.518**	**24.216**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(3.886)**	**(6.099)**	**(5.583)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25.	5.585	11.135	9.443
Rendas de Tarifas	26.	4.458	8.243	7.215
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28.	(5.711)	(10.518)	(9.337)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29.	(8.358)	(15.780)	(13.133)
Dispêndios e Despesas Tributárias	30.	(395)	(829)	(887)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31.	2.197	4.936	3.976
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32.	(1.662)	(3.286)	(2.860)
PROVISÕES	**33.**	**(535)**	**(795)**	**(472)**
Provisões/Reversões para Contingências	33.1	(231)	(281)	(105)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	33.2	(304)	(514)	(367)
RESULTADO OPERACIONAL		**10.875**	**24.624**	**18.161**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**34.**	**(25)**	**25**	**(205)**
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	10	30
Ganhos de Capital		10	16	24
Outras Rendas Não Operacionais		3	43	120
(-) Perdas de Capital		(6)	(12)	(189)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(32)	(32)	(189)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		-	-	(1)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**10.850**	**24.649**	**17.956**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(709)**	**(709)**	**(639)**
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(402)	(402)	(392)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(307)	(307)	(247)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	**20.b**	**(723)**	**(1.258)**	**(975)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**9.418**	**22.682**	**16.342**
JUROS AO CAPITAL	**24.**	**(1.995)**	**(2.787)**	**(1.535)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**7.423**	**19.895**	**14.807**
DESTINAÇÕES LEGAIS, ESTATUTÁRIAS E OUTROS EVENTOS		**-**	**(12.164)**	**(8.930)**
FATES		-	(1.429)	(740)
Fundo de Reserva		-	(10.691)	(8.144)
Outras Destinações Estatutárias		-	(194)	(148)
Reversões de Reservas/Fundos		-	150	102
SOBRAS DO PERÍODO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA		**-**	**7.731**	**5.877**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(em milhares de Reais)*

	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	**9.418**	**22.682**	**16.342**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	**-**	**-**	**-**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**9.418**	**22.682**	**16.342**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(em milhares de Reais)*

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	**54.829**	**(511)**	**41.825**	**226**	**6.811**	**103.180**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior					(130)	(130)
Distribuição de sobras para associados	6.681				(6.681)	-
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	2.244	(52)				2.192
Por Devolução (-)	(3.881)					(3.881)
Estorno de Capital	(1)					(1)
Reversões de Reservas				**(102)**	**102**	**-**
Sobras ou Perdas do Período					**16.342**	**16.342**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio					(1.535)	(1.535)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.192					1.192
Destinações das Sobras do Período:						-
Fundo de Reserva			8.144		(8.144)	-
Outras Destinações das Sobras do Período				148	(148)	-
FATES - Atos Cooperativos					(740)	(740)
Saldos em 31/12/2020	**61.064**	**(563)**	**49.969**	**272**	**5.877**	**116.619**
Saldos em 31/12/2020	**61.064**	**(563)**	**49.969**	**272**	**5.877**	**116.619**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior					(124)	(124)
Distribuição de sobras para associados	5.753				(5.753)	-
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	2.314	59				2.373
Por Devolução (-)	(5.898)					(5.898)
Reversões de Reservas				**(150)**	**150**	**-**
Sobras ou Perdas do Período					**22.682**	**22.682**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio					(2.787)	(2.787)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.187					2.187
Destinações das Sobras do Período:						-
Fundo de Reserva			10.691		(10.691)	-
Outras Destinações das Sobras do Período				194	(194)	-
FATES - Atos Cooperativos					(972)	(972)
FATES - Atos Não Cooperativos					(457)	(457)
Saldos em 31/12/2021	**65.420**	**(504)**	**60.660**	**316**	**7.731**	**133.623**
Saldos em 30/06/2021	**64.883**	**(681)**	**49.969**	**272**	**12.472**	**126.915**
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.293	177				1.470
Por Devolução (-)	(2.943)					(2.943)
Reversões de Reservas				**(150)**	**150**	**-**
Sobras ou Perdas do Período					**9.418**	**9.418**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio					(1.995)	(1.995)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.187					2.187
Destinações das Sobras do Período:						-
Fundo de Reserva			10.691		(10.691)	-
Outras Destinações das Sobras do Período				194	(194)	-
FATES - Atos Cooperativos					(972)	(972)
FATES - Atos Não Cooperativos					(457)	(457)
Saldos em 31/12/2021	**65.420**	**(504)**	**60.660**	**316**	**7.731**	**133.623**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(em milhares de Reais)*

	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	**10.850**	**24.649**	**17.956**
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	(120)	(120)	(63)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(884)	(1.033)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	11.074	16.472	11.917
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	304	514	367
Provisões/Reversões Não Operacionais	32	32	189
Provisões/Reversões para Contingências	231	281	105
Depreciações e Amortizações	412	726	615
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	**22.783**	**41.670**	**30.053**
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(13.609)	(1.081)	(16.209)
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	48
Operações de Crédito	(70.514)	(99.043)	(76.128)
Outros Ativos Financeiros	(1.901)	(3.008)	(260)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	361	92	242
Outros Ativos	1.813	(5.109)	(782)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	1.836	6.412	82.547
Depósitos sob Aviso	(137)	(129)	(98)
Depósitos à Prazo	16.890	24.339	43.665
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	7.939	12.533	9.335
Relações Interfinanceiras	2.010	4.468	6.951
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(1.579)	6.686
Outros Passivos Financeiros	2.286	187	161
Provisões	11	15	10
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	353	46	212
Outros Passivos	(3.903)	(2.623)	(877)
FATES - Atos Cooperativos	(972)	(972)	(740)
FATES - Atos Não Cooperativos	(457)	(457)	-
Outras Destinações	-	(124)	(130)
Imposto de Renda	(402)	(402)	(392)
Contribuição Social	(307)	(307)	(247)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(35.920)**	**(25.072)**	**84.047**
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos	-	153	404

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(em milhares de Reais)*

	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Distribuição de Sobras da Central	-	731	629
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	120	120	63
Aquisição de Intangível	(110)	(110)	(1)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.128)	(5.981)	(374)
Aquisição de Investimentos	(794)	(1.678)	(2.978)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	**(5.912)**	**(6.765)**	**(2.257)**
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.470	2.373	2.191
Devolução de Capital à Cooperados	(2.943)	(5.898)	(3.881)
Estorno de Capital	-	-	(1)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.187	2.187	1.192
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	**714**	**(1.338)**	**(499)**
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(41.118)**	**(33.175)**	**81.291**
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período	312.020	304.077	222.786
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	270.902	270.902	304.077
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(41.118)**	**(33.175)**	**81.291**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS *(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORANEA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO - SICOOB SUL- LITORÂNEO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **11/01/1990**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO** – **SICOOB CENTRAL ES** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei n° 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei n° 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar n° 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN n° 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SUL- LITORÂNEO,** sediado à **AVENIDA GETÚLIO VARGAS, N° 683, CENTRO, ALFREDO CHAVES - ES,** possui **13** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ICONHA - ES, PIÚMA - ES, GUARAPARI - ES, ANCHIETA - ES, ITAPEMIRIM - ES, VIANA – ES, RIO BONITO - RJ, ITABORAÍ - RJ**.

O **SICOOB SUL- LITORÂNEO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 28 de setembro de 2021 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <https://www.fitchratings.com/site/brasil>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo n° 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **28/01/2022**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020e a Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1° de janeiro de 2022.

Resolução BCB n° 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1° de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1° de janeiro de 2022.

Resolução BCB n° 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1° de janeiro de 2022.

Resolução CMN n° 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1° de janeiro de 2022.

Resolução CMN n° 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1° de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1° de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CREDITO SUL-LITORANEA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN n° 4.007, de agosto de 2011), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2020 estão sendo reapresentadas abaixo:

a) Mudanças na forma de apresentação nos Demonstrativos Contábeis de 2020

Para efeito comparativo dos valores em 31 de dezembro de 2020 referente ao Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC), ocorreram reclassificações sem causar prejuízo no resultado divulgado anteriormente.

As rubricas contábeis que tiveram alterações foram: *Participações nos Resultados de Empregados* no montante de R$ 975 mil e a *Provisão dos Juros ao Capital* no total de R$ 1.535 mil que constavam no grupo de Sobras ou Perdas Antes da Tributação e Participações Ajustado e foram reclassificadas para a rubrica de *Outros Passivos* no grupo das Atividades Operacionais.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por Aplicações interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações

em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei n° 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN n° 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem, por exemplo: direito de uso de softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada ou pelo contrato de licença.

m) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) COVID19 nas demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2021 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n° 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021.**

4. Disponibilidades

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	**6.686**	**5.731**
Caixa	6.686	5.731
Relações interfinanceiras - centralização financeira até 90 dias (b)	**264.216**	**298.346**
Centralização financeira	264.216	298.346
Total	**270.902**	**304.077**

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN n° 4.434/15.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros junto ao Banco Sicoob.

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Circulante	8.505	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	11.843	19.267
TOTAL	**20.348**	**19.267**

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram o montante conforme abaixo:

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	616	866	353
TOTAL	**616**	**866**	**353**

6. Centralização Financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido pela cooperativa.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Centralização Financeira - Cooperativas	264.216	298.346
TOTAL	**264.216**	**298.346**

6.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	8.927	12.991	7.608
TOTAL	**8.927**	**12.991**	**7.608**

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	560	-	560	215	-	**215**
Empréstimos	127.330	104.911	232.241	84.888	102.379	**187.267**
Títulos Descontados	19.641	-	19.641	12.123	-	**12.123**
Financiamentos	23.939	45.115	69.054	13.425	22.459	**35.884**
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.788	15.220	21.008	4.397	8.174	**12.571**
Total das Operações Crédito	**177.258**	**165.246**	**342.504**	**115.048**	**133.012**	**248.060**
(-) Provisões para Operações de Crédito	(14.517)	(14.320)	(28.837)	(8.697)	(9.390)	**(18.087)**
TOTAL	**162.741**	**150.926**	**313.667**	**106.351**	**123.622**	**229.973**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financiamentos Rurais	Total 31/12 2021	Prov. 31/12 2021	Total 31/12 2020	Prov. 31/12 2020
AA	-	Normal	21.279	-	2.081	1.369	24.729	-	11.897	-
A	0,5%	Normal	35.855	1.773	8.014	10.450	56.092	(280)	69.825	(349)
B	1%	Normal	69.071	931	19.468	7.056	96.526	(965)	66.525	(665)
B	1%	Vencidas	101	16	169	-	286	(3)	123	(1)
C	3%	Normal	65.056	1.688	26.523	1.254	94.521	(2.836)	68.103	(2.043)
C	3%	Vencidas	580	75	126	-	781	(23)	543	(16)
D	10%	Normal	27.787	1.014	6.942	332	36.075	(3.607)	8.132	(813)
D	10%	Vencidas	855	99	46	-	1.000	(100)	308	(31)
E	30%	Normal	4.278	302	1.463	127	6.170	(1.851)	4.857	(1.457)
E	30%	Vencidas	822	209	166	-	1.197	(359)	1.175	(353)
F	50%	Normal	6.631	98	2.170	-	8.899	(4.450)	3.355	(1.678)
F	50%	Vencidas	660	85	12	-	757	(379)	772	(386)
G	70%	Normal	3.417	33	923	-	4.373	(3.061)	1.674	(1.172)
G	70%	Vencidas	446	104	35	-	585	(410)	5.493	(3.845)
H	100%	Normal	4.037	186	762	420	5.405	(5.405)	3.406	(3.406)
H	100%	Vencidas	4.399	555	154	-	5.108	(5.108)	1.872	(1.872)
Total Normal			**237.411**	**6.025**	**68.346**	**21.008**	**332.790**	**(22.455)**	**237.774**	**(11.583)**

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financiamentos Rurais	Total 31/12 2021	Prov. 31/12 2021	Total 31/12 2020	Prov. 31/12 2020
Total Vencidos	**7.863**	**1.143**	**708**	**-**	**9.714**	**(6.382)**	**10.286**	**(6.504)**
Total Geral	**245.274**	**7.168**	**69.054**	**21.008**	**342.504**	**(28.837)**	**248.060**	**(18.087)**
Provisões	**(22.021)**	**(1.264)**	**(4.900)**	**(652)**	**(28.837)**		**(18.087)**	
Total Líquido	**223.253**	**5.904**	**64.154**	**20.356**	**313.667**		**229.973**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	560	-	-	**560**
Cheque Especial/Conta garantida	6.608	-	-	**6.608**
Empréstimos	46.083	74.639	104.911	**225.633**
Títulos Descontados	17.789	1.852	-	**19.641**
Financiamentos	6.331	17.608	45.115	**69.054**
Financiamentos Rurais	1.480	4.308	15.220	**21.008**
TOTAL	**78.851**	**98.407**	**165.246**	**342.504**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/ TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	101.132	10.181	-	111.313	**32**
Setor Privado - Indústria	16.106	2.743	51	18.900	**6**
Setor Privado - Serviços	97.885	38.375	-	136.260	**40**
Pessoa Física	37.236	17.730	20.957	75.923	**22**
Outros	83	25	-	108	**-**
TOTAL	**252.442**	**69.054**	**21.008**	**342.504**	**100**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	18.087	13.457
Constituições	15.973	12.246
Transferência para prejuízo	(5.223)	(7.616)
TOTAL	**28.837**	**18.087**

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	12.415	3%	10.124	4%
10 Maiores Devedores	64.491	17%	54.736	20%
50 Maiores Devedores	127.404	34%	95.279	34%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	28.006	23.431
Valor das operações transferidas no período	5.223	7.616
Valor das operações recuperadas no período	(3.064)	(2.219)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(390)	(822)
TOTAL	**29.775**	**28.006**

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.012	1.859	1.228
Rendas de Empréstimos	17.676	31.588	23.883
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.840	3.352	3.239
Rendas de Financiamentos	4.334	7.040	4.299
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	132	214	175
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	148	286	269
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	217	347	258
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	-	-	39
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	988	3.064	2.219
TOTAL	**26.347**	**47.750**	**35.609**

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(17.648)	(31.530)	(21.520)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	7.326	16.181	10.256
Provisões para outros créditos liquidação duvidosa	(841)	(1.310)	(920)
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	89	187	267
TOTAL	**(11.074)**	**(16.472)**	**(11.917)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil das operações créditos conforme critérios de risco e contábeis determinados na resolução CMN n° 2.682/1999.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circ.	Não Circulante	Total	Circ.	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	**1.384**	**-**	**1.384**	**645**	**-**	**645**
Rendas a Receber (b)	**2.560**	**-**	**2.560**	**1.035**	**-**	**1.035**
Rendas Serviços arrecadação de convênios	448	-	**448**	326	-	**326**
Rendas da Centralização da Adm. Financeira	1.809	-	**1.809**	524	-	**524**
Outras Rendas a Receber	303	-	**303**	185	-	**185**
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	**9**	**4**	**13**	**23**	**-**	**23**
Títulos e Créditos a Receber (d)	**351**	**-**	**351**	**305**	**-**	**305**
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	**-**	**1.198**	**1.198**	**-**	**1.113**	**1.113**
Pis – Deposito Judicial	-	174	**174**	-	171	**171**
Cofins – Deposito Judicial	-	915	**915**	-	901	**901**
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	106	**106**	-	29	**29**
Outros	-	3	**3**	-	12	**12**
TOTAL	**4.304**	**1.202**	**5.506**	**2.008**	**1.113**	**3.121**

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.002)	-	**(1.002)**	(502)	-	**(502)**
Outros Créditos	(1)	-	**(1)**	(1)	(1)	**(2)**
Total	**(1.003)**	**-**	**(1.003)**	**(503)**	**(1)**	**(504)**

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total 31/12 2021	Prov. 31/12 2021	Total 31/12 2020	Prov. 31/12 2020
D	10%	Normal	-	13	13	(1)	23	(3)
E	30%	Normal	112	-	112	(34)	58	(17)
E	30%	Vencidas	252	-	252	(75)	72	(22)
F	50%	Normal	1	-	1	(1)	33	(16)
F	50%	Vencidas	161	-	161	(80)	51	(25)
G	70%	Normal	32	-	32	(22)	1	(1)
G	70%	Vencidas	121	-	121	(85)	35	(24)
H	100%	Normal	33	-	33	(33)	3	(3)
H	100%	Vencidas	672	-	672	(672)	393	(393)
Total Normal			**178**	**13**	**191**	**(91)**	**118**	**(40)**
Total Vencidos			**1.206**	**-**	**1.206**	**(912)**	**551**	**(464)**
Total Geral			**1.384**	**13**	**1.397**	**(1.003)**	**669**	**(504)**
Provisões			**(1.002)**	**(1)**	**(1.003)**		**(504)**	
Total Líquido			**382**	**12**	**394**		**165**	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	-	94
Cofins a Compensar	2	3
Pis a Compensar	-	1
Valores a Restituir - PERDCOMP	4	-
TOTAL	**6**	**98**

10. Outros Ativos

10.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020
Diversos	**1.003**	**682**
Antecipação Salariais	51	26
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	28	16
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	303	10
Pagamentos a Ressarcir	602	611
Devedores Diversos – País	19	19
Outros Valores e Bens	**342**	**332**
Material em Estoque	**12**	**13**
Despesa Antecipada (III)	**330**	**319**
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	221	286
Publicidade e propaganda (b)	54	-
Outras Despesas Antecipadas (c)	55	33
Total – Curto Prazo	**1.345**	**1.014**

10.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2021	31/12/2020
Outros Valores e Bens	**6.016**	**1.271**
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (I)	**8.482**	**3.705**
Veículos	52	-
Outros Imóveis	8.430	3.705
(-)Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Recebidos (II)	**(2.466)**	**(2.434)**
(-) Veículos	(32)	-
(-) Outros Imóveis	(2.434)	(2.434)
Total – Longo Prazo	**6.016**	**1.271**
Total Geral	**7.361**	**2.285**

(I) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados em 2021 conforme determina a Carta Circular BCB 3.994/2019.

(II) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens. Até o ano 2020 essas provisões eram registradas na rubrica Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens e foram reclassificados em 2021 conforme determina a Carta Circular BCB 3.994/2019.

(III). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização

da cooperativa;

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, licença de softwares, por exemplo.

11. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito).

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Central ES (a)	11.231	10.381
Participações intuição financeira controlada por cooperativa de crédito – Banco Sicoob (b)	6.951	6.123
TOTAL	**18.182**	**16.504**

(a) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no exercício de 2021 no valor de R$ 731 mil. (No mesmo período de 2020 – R$ 629 mil).

(b) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos no exercício de 2021 de R$ 153 mil (No mesmo período de 2020 foi de R$ 404 mil).

12. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	533	-	
Terrenos	1.900		
Instalações	4.096	2.469	4 - 25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(2.097)	(1.832)	
Mobiliários	866	757	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(502)	(446)	
Máquinas	138	110	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(76)	(67)	
Aparelhos de Refrigeração	530	404	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(268)	(235)	
Equipamentos de Processamento de Dados	2.915	1.382	20%
(-) Depreciação Acum. de Equip. Processamento de Dados	(1.164)	(917)	
Alarme	19	19	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(19)	(19)	
Cabines de Segurança	142	98	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(56)	(46)	
Armas e Equipamentos	247	179	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(178)	(170)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	141	138	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(100)	(90)	
Equipamentos de Comunicação	122	119	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(99)	(86)	
Veículos	241	241	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(150)	(109)	
Software e Direito de Uso (b)	450	371	**10-20%**
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(346)	(350)	
Total Imobilizado de Uso	**11.890**	**5.916**	
Total Intangível	**450**	**371**	
Total Depreciação/Amortização	**(5.055)**	**(4.367)**	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no exercício de 2021 foi de R$ 726 mil (Em 2020 – R$ 615 mil).

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "*pro rata temporis*"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN n° 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósito à Vista	167.987	161.575
Depósito Sob Aviso	1.218	1.347
Depósito a Prazo - Circulante	263.956	239.617
TOTAL	**433.161**	**402.539**

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	7.558	2%	9.436	2%
10 Maiores Depositantes	33.763	7%	36.852	9%
50 Maiores Depositantes	87.956	19%	89.058	21%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(39)	(56)	(38)
Despesas de Depósitos a Prazo	(7.607)	(10.660)	(5.820)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(423)	(509)	(137)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(202)	(277)	(9)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(335)	(649)	(514)
TOTAL	**(8.606)**	**(12.151)**	**(6.518)**

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras. Prescrevem pela Lei n° 11.076/04 as Letras de Crédito do Agronegócio – LCA e a Lei de n° 10.931/04 vinculada as Letras de Crédito Imobiliário – LCI.

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - LCA (a)	4.400	11.301	15.701	38	7.483	7.521
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário - LCI (b)	8.315	-	8.315	859	3.104	3.963
TOTAL	**12.715**	**11.301**	**24.016**	**897**	**10.587**	**11.484**

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(b) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

15. Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Recursos do Banco Sicoob	4.907	14.194	**19.101**	4.005	8.159	**12.164**
Recursos do Banco Sicoob – Capital de Giro Livre	-	5.209	**5.209**	-	7.677	**7.677**
Total	**4.907**	**19.403**	**24.310**	**4.005**	**15.836**	**19.841**

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

16. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	Total	
Cooperativa Central - Rotativo	10.318	-	10.318	10.318
Banco Sicoob - Rotativo	-	-	-	1.579
TOTAL	**10.318**	**-**	**10.318**	**11.897**

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo por sua ordem.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Relações Interdependências	**2.171**	**2.356**
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	63	17
Ordens de Pagamento (b)	2.079	2.310
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	29	29
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	**154**	**-**
Operações de Crédito - IOF	151	**-**
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2	**-**
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	1	**-**
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	**517**	**299**
TOTAL	**2.842**	**2.655**

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados**.**

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

18. Provisões

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.433	97	**1.530**	921	96	**1.017**
Provisão Para Contingências (b)	-	1.484	**1.484**	-	1.187	**1.187**
TOTAL	**1.433**	**1.581**	**3.014**	**921**	**1.283**	**2.204**

(a) Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN n° 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2021**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R$ 44.934 mil (R$ 33.597 mil em **31/12/2020**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999.

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais é estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Provisão para Contingências	Provisão para Contingências
PIS	174	171
COFINS	915	901
Trabalhistas	320	90
Outras Contingências	75	25
Total	**1.484**	**1.187**

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de pagamento.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais, correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo circulante na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto e contribuições s/ lucros a pagar	214	282
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	104	83
Imposto e contribuições s/ salários	342	265
IRRF sobre Aplicações Financeiras	81	28
Outros	43	80
TOTAL	**784**	**738**

20. Outros Passivos

Os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	**1.907**	**1.820**
Sociais e Estatutárias	**5.766**	**4.773**
Provisão para Participações nos Lucros (b)	1.249	1.072
Resultado de Atos com Associados (c)	1.145	1.196
Resultado de Atos com não associados (c)	457	-
Cotas de Capital a Pagar (d)	2.915	2.505
Provisão para Pagamentos a Efetuar (e)	**1.509**	**1.168**
Despesa de Pessoal	749	597
Água/Energia/Gás	16	10
Aluguéis	42	39
Custódia de Valores e Bens	14	18
Comunicações	18	13
Promoções e Relações Públicas	44	15
Transporte	41	38
Seguro	2	6
Compensação	41	65
Seguros Prestamista	230	169
Provisão de Cartões a Pagar	112	107
Custos de Transações Interfinanceiras	83	-
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	54	34
Outras Despesas Administrativas	63	57
Credores Diversos – País (f)	**1.004**	**1.003**
Pagamento a Processar	4	5
Cooperativa Central	100	176
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	2	6
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	18	19
Taxa de Gravames a Repassar	4	2
Cheques Depositados	256	229
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	8	6
Outros Credores Diversos	612	560
TOTAL	**10.186**	**8.764**

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Consubstanciada pela Lei n° 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R$ 1.258 mil no exercício de 2021 (R$ 723 mil no 2° Sem/2021), a título de participação dos empregados nos resultados.

(c) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular n° 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei n° 5.764/1971.

(d) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(e) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(f) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

21. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB SUL- LITORÂNEO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	64.916	60.501
Associados	36.899	28.468

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial do FIS	**272**	**226**
Constituição	194	148
(-) Utilização FIS	(150)	(102)
Saldo Final FIS	**316**	**272**

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular n° 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei n° 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2021, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2020,** no valor de R$ 5.753 mil.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	**19.895**	**14.807**
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(457)	**-**
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	**19.438**	**14.807**
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(10.691)	(8.144)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(972)	(740)
Fundo de Investimento Social – 1%	(194)	(148)
Utilização FIS	150	102
Sobra à disposição da Assembleia Geral	**7.731**	**5.877**

23. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop):

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	104.409	95.903	8.506	76.454	69.465	6.989
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(56.714)	(55.451)	(1.263)	(38.026)	(36.847)	(1.179)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(27.116)	(24.906)	(2.210)	(22.777)	(20.695)	(2.082)
Resultado Operacional	**20.579**	**15.546**	**5.033**	**15.651**	**11.923**	**3.728**
Receita Não Operacional	69	-	69	174	-	174
Despesa Não Operacional	(44)	-	(44)	(379)	-	(379)
Resultado Não Operacional	**25**	**-**	**25**	**(205)**	**-**	**(205)**
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	**20.604**	**15.546**	**5.058**	**15.446**	**11.923**	**3.523**
IRP/CSLL	(709)	-	(709)	(639)	-	(639)
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	3.892	(3.892)	-	2.884	(2.884)
Resultado do Período	**19.895**	**19.438**	**457**	**14.807**	**14.807**	**-**

24. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio no montante de R$ 2.787 mil (R$ 1.995 mil no 2° Sem/2021) visando remunerar o capital do associado em 31 de dezembro de 2020. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7°, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN n° 2.739/1997.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN n° 2.739/1997.

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	1.368	2.709	2.550
Rendas Transações Intercredis	323	622	593
Rendas de Cartões	765	1.385	966
Rendas de Convênios	140	259	215
Rendas de Serviços - Comissões	663	1.289	1.103
Rendas de Tarifas	726	1.114	713
Comissão com Venda de Consórcios	396	1.334	927
Comissão com Venda de Seguros	1.103	2.087	2.052
Rendas Recebidas do Bancoob	82	288	163
Outras Rendas de Prestação de Serviços	19	48	161
TOTAL	**5.585**	**11.135**	**9.443**

26. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	933	1.779	1.526
Rendas de Serviços Prioritários - PF	280	584	687
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	10	21	19
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	3.235	5.859	4.983
TOTAL	**4.458**	**8.243**	**7.215**

27. Operações de Empréstimos e Repasses

As despesas relacionadas as transações de empréstimos e repasses resultaram ao final do exercício de 2021 e mesmo período de 2020 os montantes conforme quadro abaixo:

	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com Empréstimos Rotativo[1]	**(315)**	**(530)**	**(205)**
Despesas com Empréstimos Rotativo – Sicoob Central ES	(315)	(445)	(182)
Despesas com Empréstimos Rotativo – Banco Sicoob	-	(85)	(23)
Despesas de Repasses Interfinanceiros [2]	**(599)**	**(936)**	**(715)**
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	-	-	(1)
Despesas de Repasses Interfinanceiros – Banco Sicoob	(599)	(936)	(714)
Total	**(914)**	**(1.466)**	**(920)**

[1]Empréstimos demonstrados na nota 16.

[2]Repasses demonstrados na nota 15.

28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(775)	(1.492)	(1.421)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(846)	(1.498)	(1.334)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.112)	(2.089)	(1.812)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.866)	(5.270)	(4.621)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(18)	(23)	-
Despesas de Remuneração de Estagiários	(94)	(146)	(149)
TOTAL	**(5.711)**	**(10.518)**	**(9.337)**

29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água Energia e Gás	(185)	(361)	(266)
Despesas de Aluguéis	(707)	(1.333)	(1.141)
Despesas de Comunicações	(224)	(420)	(397)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(94)	(169)	(120)
Despesas de Material	(181)	(320)	(270)
Despesas de Processamento de Dados	(1.090)	(2.144)	(1.989)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(212)	(370)	(194)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(252)	(298)	(121)
Despesas de Publicações	-	(6)	(6)
Despesas de Seguros	(18)	(35)	(27)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.938)	(3.641)	(2.707)
Despesas de Serviços de Terceiros	(473)	(844)	(752)
Despesas de Serviços de Vigilância E Segurança	(452)	(879)	(908)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(581)	(965)	(887)
Despesas de Transporte	(306)	(700)	(604)
Despesas de Viagem ao Exterior	(20)	(20)	-
Despesas de Viagem No País	(73)	(93)	(31)
Despesas de Amortização	(22)	(26)	(10)
Despesas de Depreciação	(391)	(700)	(605)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartorários	(44)	(75)	(78)
Despesas de Rateio Sicoob Central	(694)	(1.503)	(1.386)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(178)	(361)	(274)
Outras Despesas Administrativas	(223)	(517)	(360)
Total	**(8.358)**	**(15.780)**	**(13.133)**

30. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesa com Impostos e Taxas	(42)	(68)	(207)
Despesa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS	(174)	(364)	(309)
Despesa Contribuição ao Cofins	(130)	(297)	(280)
Despesa Contribuição ao PIS e PASEP	(50)	(100)	(91)
TOTAL	**(395)**	**(829)**	**(887)**

31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	542	1.068	416
Rendas Juros Cartão de Crédito	941	1.744	1.421
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	148	270	199
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	175	406	487
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	80	182	321
Rendas de Repasses Delcredere	25	48	33
Dividendos recebidos do Banco Sicoob	-	153	404
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	120	120	63
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	-	731	629
Outras Rendas Operacionais	166	214	3
TOTAL	**2.197**	**4.936**	**3.976**

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

32. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Descontos Concedidos	(401)	(820)	(603)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(318)	(595)	(616)
Recebimento de Tarifas	(43)	(43)	(16)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob	-	-	(25)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(748)	(1.449)	(1.496)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(72)	(123)	(34)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	-	(12)	(15)
Perdas – Fraudes Externas	(11)	(115)	(5)
Outras Despesas Operacionais	(69)	(129)	(50)
TOTAL	**(1.662)**	**(3.286)**	**(2.860)**

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

33. Despesas com Provisões

33.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Passivos Trabalhistas	(181)	(231)	(90)
Provisões para Contingências	(50)	(50)	(15)
TOTAL	**(231)**	**(281)**	**(105)**

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

33.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(1.049)	(1.842)	(1.146)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	745	1.328	779
TOTAL	**(304)**	**(514)**	**(367)**

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN n° 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999.

34. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	2° Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Ativo Não Financeiro mantidos para Venda (a)	-	10	30
Ganhos de Capital	10	16	24
Outras Rendas não Operacionais	3	43	120
(-) Perdas de Capital	(6)	(12)	(189)
(-) Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda (a)	(32)	(32)	(189)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	-	-	(1)
Resultado Líquido	**(25)**	**25**	**(205)**

(a) Até o ano 2020 esses bens, suas provisões e suas reversões/despesas eram registrados nas rubricas como Outros Valores e Bens e foram reclassificados em 2021 conforme determina a Carta Circular BCB 3.994/2019.

35. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.° 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

36. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN n° 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2021**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.538	0,49%	316
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	302	0,04%	2
TOTAL	**3.840**	0,53%	**318**
Montante das Operações Passivas	581	0,20%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021:**

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	8	2	0,26%
Conta Garantida	26	8	0,62%
Financiamentos Rurais	20	-	0,09%
Empréstimos	1.029	198	0,46%
Direitos Creditórios Descontados	488	4	2,48%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação á Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	462	0,28%	-
Depósitos a Prazo	745	0,28%	0,80% a 100% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	40	0,17%	91% a 93% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta Garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Recebíveis PF	1,22% a.m à 3,50% a.m	1,22% a.m à 3,50% a.m
Desconto de Recebíveis PJ	0,99% a.m à 3,50% a.m	0,99% a.m à 3,50% a.m
Empréstimos	0,49% a.m. a 10,00% a.m. CDI+0,00% a.m. a CDI+3,50% a.m. SELIC+1,25%a.a à SELIC+6%a.a	0,49% a.m. a 10,00% a.m. CDI+0,00% a.m. a CDI+3,50% a.m. SELIC+1,25%a.a à SELIC+6%a.a
Crédito Rural - Repasses	3% a.a. a 19,99% a.a.	3% a.a. a 19,99% a.a.
Renegociação	0,49% a.m. a 2,65%a.m. CDI + 0,24%a.m. a CDI+1,64% a.m.	0,49% a.m. a 2,65%a.m. CDI + 0,24%a.m. a CDI+1,64% a.m.
Aplicação Financeira – RDC Longo CDI	0,80% a 100% CDI	0,80% a 100% CDI
Aplicações Financeiras – LCA	91% a 93% CDI	91% a 93% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	56
Crédito Rural	118
Direitos Creditórios Descontados	890
Empréstimos	1.603
Financiamentos	15

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	264	232

f) No exercício de **2021** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e demais benefícios, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2021
Honorários e Cédula de Presença	1.461
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Previdência Privada	57

37. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CREDITO SUL-LITORANEA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO** - **SICOOB SUL- LITORÂNEO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO** - **SICOOB CENTRAL ES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL ES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL ES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SUL- LITORÂNEO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL ES** pe-

rante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL ES**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	**275.668**	**309.013**
Centralização Financeira	264.216	298.346
Outros Valores e Bens	221	286
Investimentos	11.231	10.381
Passivo	**10.418**	**10.494**
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	10.318	10.318
Outros Passivos	100	176

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita	**13.111**	**7.672**
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	-	1
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	12.991	7.608
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	120	63
Despesa	**3.397**	**3.065**
Operações de Empréstimos e Repasses	445	183
Outras Dispêndios e Despesas Administrativas	1.503	1.386
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	1.449	1.496

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;

b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

38.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- limite mínimo de liquidez;
- fluxo de caixa projetado;
- aplicação de cenários de estresse;
- definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN n°. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência	121.390	106.228
Margem de Compatibilização	76.324	71.945
Índice da Basileia	30,98%	32,54%
Margem de Imobilização	55.635	51.214

41. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ e pela MAPFRE Previdência.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

Os valores gastos referentes a benefícios de Previdência Privada efetuados pela Cooperativa totalizaram em 31/12/2021 R$ 92 mil (31/12/2020 – R$ 89 mil).

42. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	1.089	1.089	1.072	1.072
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	320	106	90	30
Outros	75	3	25	11
TOTAL	**1.484**	**1.198**	**1.187**	**1.113**

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei n° 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SUL- LITORÂNEO**, não existem processos judiciais com risco de perda possível nos quais a cooperativa figura como polo passivo.

ALFREDO CHAVES-ES, 28 de janeiro de 2022.

Fabricio Soares Damasceno
Diretor Executivo
CPF: 813.168.287-00

Luzia Ignez Gallina
Diretora Operacional
CPF: 009.745.227-08

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC n° 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul-Litorâneo

Alfredo Chaves – ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul-Litorâneo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Sul-Litorâneo, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 28 de janeiro de 2022.

CNAC
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG 69.261/O

Luciano Gomes dos Santos
Contador CRC RS 059.628/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito Sul Litorânea do Espírito Santo — Sicoob Sul Litorâneo**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC — Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 28 de Janeiro de 2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Alfredo Chaves/ES, 04 de marco de 2022.

Wézeron Rangel Rossi
Coordenador do Conselho Fiscal

Renato Rosetti Conde
Secretário do Conselho Fiscal

Sérgio Soares de Mattos
Conselheiro Fiscal - Efetivo